ACTA N.º 1/2018

------ ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA NO DIA VINTE SETE DE FEVEREIRO DO ANO DE 2018: ----------

------ Aos 27 dias do mês de Fevereiro do ano de 2018, realizou-se no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, desta Vila de Golegã, a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal com a seguinte Ordem de Trabalhos:----------

------ 1. APRECIAÇÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL;----------

------ 2. REGULAMENTO MUNICIPAL DE INCENTIVO À NATALIDADE NO CONCELHO DA GOLEGÃ - *Aprovação;* ----------

------ 3. SOCIEDADADE AGRÍCOLA BARRACÃO DO DUQUE – Reconhecimento de Interesse Público Municipal para Projeto de Instalação Solar Fotovoltaica no Barracão do Duque – *Aprovação*; ----------

------ Estiveram presentes todos os membros da Assembleia Municipal, à exceção dos membros Senhores, D. Ana Paula da Silva dos Santos e Fernando Jesus Duarte, Presidente a Junta de Freguesia do Pombalinho. ----------

------ De harmonia com o estipulado nos artigos 78º e 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugados com o artigo 18º, do Regimento da Assembleia Municipal, a membro Senhora D. Ana Paula da Silva dos Santos, requereu a sua substituição por ausência inferior a 30 dias sendo, a mesma, substituída, na presente Sessão, pela Senhora D. Maria Lina Santana Júlio. ----------

------ O membro Senhor Fernando Jesus Duarte, Presidente da Junta de Freguesia do Pombalinho, antecipadamente informou que se faria representar, na Sessão Ordinária de hoje, pela Tesoureira da Junta de Freguesia do Pombalinho, Senhora D. Maria Manuela Ferreira Rosa Santos. ----------

------ Igualmente esteve presente o Senhor Dr. José Tavares Veiga Silva Maltez, Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal, bem como o Senhor António Francisco Oliveira Pires Cardoso, Vice-Presidente da Câmara Municipal e os Vereadores Senhores Engº António Carlos Poço Godinho, Dr. Luís Filipe Santana Júlio e Pedro Álvaro Ribeiro Terré Rodrigues. ----------

------ Quando eram 21 horas e 10 minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, após cumprimentar todos os presentes, declarou então aberta a Sessão. ----------

------ De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou a dispensa da leitura da Ata, da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 29 de Dezembro de 2017 uma vez que, a mesma, antecipadamente, foi distribuída a todos os membros. ----------

------ O membro Senhor Bruno Medinas pediu a palavra para, relativamente à Ata, nomeadamente, naquilo que diz respeito à sua transcrição no segundo parágrafo da página 7, dizer que a ideia que entretanto tentou transmitir é que também existe responsabilidade do Executivo Municipal sobre aquela matéria e que, com a frase transcrita em Ata parece que está a desresponsabilizar o Senhor Presidente do Executivo Municipal que é por inerência o Presidente do Conselho Municipal de Juventude e não era essa a ideia que queria deixar na Assembleia Municipal. ----------

------ Ainda no uso da palavra o membro Senhor Bruno Medinas referiu que, se for retirada a frase que termina aquele parágrafo os membros da sua bancada parlamentar votação favoravelmente a Ata. Se assim não for votarão contra. Realçou, no entanto, que não sabe exatamente as palavras que disse e às vezes pode ter dito isso noutro contexto. ----------

------ Foi-lhe então confirmado que foram exatamente aquelas as palavras que proferiu. ----------

------ Face a essa confirmação informou que o seu Grupo Parlamentar Municipal irá votar contra a Ata uma vez que não era essa a ideia que queriam transmitir. ----------

------ Colocada à votação, a Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 29 de Dezembro de 2017, foi aprovada, por **maioria,** com 2 votos contra dos membros do Grupo Parlamentar Municipal Movimento Sangue Novo e ainda de harmonia com o nº 3, do artigo 34º, do Código do Procedimento Administrativo, publicado através do Decreto-lei nº 4/2015, de 7 de Janeiro, sem a participação dos membros Senhores, D. Maria Lina Santana Júlio, José António Godinho Lopes e D. Maria Manuela Ferreira Rosa Santos, por não terem estado presentes na Sessão a que a Acta se refere, com exceção dos pontos 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 que foram aprovados em minuta no final da citada Sessão. ----------

------ O membro Senhor Bruno Medinas usou então da palavra para fazer uma declaração de voto e invocar que as razões que os levaram a votar contra a Ata foram aquelas que acabou de referir na sua intervenção anterior. ----------

------ De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a membro Senhora D. Ana Paula da Silva dos Santos, requereu a sua substituição por ausência inferior a 30 dias sendo, a mesma, substituída, na presente Sessão, pela Senhora D. Maria Lina Santana Júlio. ----------

------ Informou ainda que, o membro Senhor Fernando Jesus Duarte, Presidente da Junta de Freguesia do Pombalinho, antecipadamente informou que se faria representar, na Sessão Ordinária de hoje, pela Tesoureira da Junta de Freguesia do Pombalinho, Senhora D. Maria Manuela Ferreira Rosa Santos. ----------

------ De seguida entrou-se no Período de Antes da Ordem do Dia, tendo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntado se havia algum membro da Assembleia que quisesse apresentar Propostas, Moções, Votos de Louvor, de Pesar, etc. ----------

------ Ainda no uso da palavra informou que ele próprio assim como o membro Senhor Alam Pereira, eleitos no âmbito da Assembleia da Assembleia da CIMLT, estiveram presentes na cerimónia de assinatura do aditamento ao protocolo Sinistralidade Rodoviária que contou com a presença de Sua Excelência o Ministro da Administração Interna e que este protocolo tem como objetivo o levantamento dos pontos negros da sinistralidade rodoviária e a criação de unidades para resolução dos mesmos na área geográfica da Lezíria do Tejo. ----------

------ Seguidamente o Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu conhecimento de toda a correspondência recebida e informou que, a mesma, se encontra à disposição dos membros que a quiserem consultar. Por último informou que as faltas registadas na Sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 29 de Dezembro, foram devidamente justificadas. ----------

------ Após esta intervenção o membro Senhor Carlos Simões pediu a palavra para solicitar o envio do Relatório da CPCJ. ----------

------ Solicitou ainda ao Executivo Municipal qualquer informação relativa à utilização ou reabilitação dos dois espaços escolares que estão ao abandono no Jardim de Azinhaga uma vez que lhe parece um desperdício aqueles espaços não estarem a ser utilizados ou que seja dada a possibilidade a qualquer coletividade ou grupo de cidadãos para ali poderem desenvolver atividades. ----------

------ Depois de devidamente autorizado usou da palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para informar que o antigo jardim-de-infância está neste momento cedido à Junta de Freguesia da Azinhaga. ----------

------ Relativamente ao outro espaço informou que já houve uma reunião com a Santa Casa da Misericórdia da Azinhaga para que esse mesmo espaço possa ser utilizado no verão pelo OTL. ------

------ O membro Senhor José Godinho Lopes usou de seguida da palavra para sugerir que os representantes da Assembleia Municipal que foram eleitos e estão representados nos mais variados órgãos passem a reportar, à Assembleia, através de um relatório as suas atividades no âmbito do desempenho das funções que têm nesses mesmos organismos. ----------

------ Ainda no uso da palavra, na sequência da intervenção do membro da bancada do Movimento Sangue Novo na Sessão anterior, perguntou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal se diligenciou no sentido de saber se, efetivamente, foram ou não cumpridos os requisitos legais relativamente ao envio do Orçamento e das Grandes Opções do Plano ao Conselho Municipal da Juventude. ----------

------ Usou então da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para responder às questões colocadas. ----------

------ Relativamente à última questão informou que não diligenciou porque, como a questão foi diretamente dirigida ao Executivo Municipal, será ele o responsável por essa situação. No entanto, esclareceu que espera que essa situação venha a ser resolvida no mais breve possível. ----------

------ Quanto à primeira questão esclareceu que, na última Sessão desta Assembleia Municipal, o membro Senhor António Camilo deu conhecimento da atividade por si desenvolvida no âmbito para o qual foi eleito e que, no início da presente Sessão, ele próprio fez exatamente o mesmo em relação a si bem como ao membro Senhor Alam Pereira. ----------

------ Terminou esta intervenção referindo que espera que seja esta a postura de todos os eleitos sempre que participem em qualquer reunião. ----------

------ O membro Senhor Válter Ferreira pediu a palavra para propor a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Joaquim Constantino da Silva Bacalhau que, para além de ser um cidadão bastante conhecido do nosso Concelho, foi também um antigo membro desta Assembleia Municipal e da Assembleia de Freguesia da Azinhaga. ----------

------ O membro Senhor Bruno Medinas usou de seguida da palavra para tecer mais algumas considerações relativamente ao cidadão Senhor Joaquim Bacalhau e informar que os membros do Grupo Parlamentar Municipal Movimento Sangue Novo se associam à proposta apresentada pelo membro Senhor Válter Ferreira. ----------

------ Usaram ainda da palavra os membros senhores Carlos Simões e João Luís Santos para, em nome dos seus Grupos Parlamentares Municipais, nomeadamente, Partido Social Democrata e

Partido Socialista manifestarem, igualmente, o seu pesar pelo falecimento do Senhor Joaquim Bacalhau e associarem-se à proposta apresentada pelo membro do Grupo Parlamentar da CDU Senhor Válter Ferreira. ----------

------ O Senhor Presidente da Assembleia Municipal usou igualmente da palavra para tecer diversos considerandos relativamente à pessoa do Senhor Joaquim Bacalhau submetendo de seguida a proposta, à votação, solicitando, no entanto, autorização ao proponente para que o seu resultado fosse comunicado à família. ----------

----- Colocada à votação, a proposta de um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Joaquim Constantino da Silva Bacalhau bem como, do mesmo, ser dado conhecimento à sua família foi aprovado, **por unanimidade**. ----------

------ Relativamente ao sistema de águas e saneamento, o membro Senhor José Godinho Lopes usou de seguida da palavra para perguntar se o Executivo Municipal já abordou alguma coisa sobre esta matéria e se tem aqui, ou não, a porta aberta para uma eventual adesão às Águas do Ribatejo caso seja essa a única via para se conseguir financiar aquilo que decorrer do projeto que vai ser apresentado. ----------

------ Terminou a sua intervenção perguntando se as rendas do Restaurante Lusitanus já estão a ser pagas à Câmara Municipal e não à Lusitanus, S.A.. ----------

------ O Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal usou então da palavra para responder às questões colocadas. ----------

------ Relativamente à primeira referiu que efetivamente é uma questão muito pertinente e que preocupa bastante o Executivo Municipal. Informou que, numa primeira fase, aquilo que se pretende é por as ETAR'S com o máximo de competência, numa percentagem de funcionamento pelo menos desejável, até porque a Associação Portuguesa do Ambiente (APA) está a acompanhar o processo e têm que ser cumpridos um determinado número de requisitos. ----------

------ Ainda em relação a esta matéria referiu que, como é do conhecimento geral, há um grande financiamento da Câmara Municipal por via das águas, no entanto, informou que a Lei prevê que deve haver igualdade nos tarifários da água no País, pese embora a Câmara Municipal ser ainda independente nessa matéria e isso tem-se traduzido num benefício para os munícipes e para a Câmara Municipal. ----------

------ Sobre os sistemas referiu que há dois anos saiu um aviso em que as Câmara Municipais se podiam candidatar sem estar inseridas nos sistemas, não tendo sido essa a opção do Executivo anterior, pelo que e de acordo com as palavras do Senhor Ministro a seguir a este Quadro Comunitário que está em funcionamento poderá haver rateio e poderá haver outra vez a opção do Executivo Municipal se poder candidatar a sós. Esclareceu que neste momento se está a concluir o diagnóstico das ETAR'S para se saber o que é que se vai fazer. ----------

------ Quanto à questão da renda do Restaurante Lusitanus, o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal teceu para o efeito diversas considerações prestando detalhadamente esclarecimentos sobre todo este processo recuando, inclusive, ao ano de 1998 data do início do mesmo. ----------

------ De seguida o membro Senhor Bruno Medinas usou da palavra para se reportar à intervenção anterior e dizer que aquela é a versão dos factos do Senhor Dr. José Veiga Maltez enquanto presidente da Câmara Municipal e enquanto Presidente do Conselho de Administração da Lusitanus S.A. e também Presidente da Direção da ANTE. Afirmou, no entanto, que existe uma outra versão sobre esta matéria pelo que, igualmente, de forma detalhada apresentou a sua versão dos factos. -----

------ Após estas intervenções o membro Senhor José Godinho Lopes, usou de novo da palavra para referir que a posição do seu Grupo Parlamentar Municipal sobre a matéria em apreço é exatamente igual aquela que tiveram quando foram chamados a deliberar sobre o assunto. ----------

------ Não havendo mais ninguém a querer intervir, neste período de Antes da Ordem do Dia, passou-se de imediato ao Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos que constava do seguinte: ----------

------ **1. – APRECIAÇÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL;** ----------

------ Foi presente o documento elaborado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal que consta de um relatório das atividades desenvolvidas pelo Executivo Municipal no período compreendido entre a última e a presente Sessão, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 1. ----------

------ Pediu a palavra a membro Senhora D. Aida Maggioli para, em nome do Grupo Parlamentar Municipal Movimento Sangue Novo, fazer uma breve apreciação relativamente ao pagamento a fornecedores, concluindo a sua intervenção perguntando qual era o atual prazo médio de pagamento aos fornecedores. ----------

------ Relativamente a esta questão usaram de seguida da palavra o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal bem como o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal que, depois de

devidamente autorizado, esclareceu que 29% da divida estava a ser paga a mais de 180 dias, que 11% estava a ser paga a mais de 90 dias e que 31% estava a ser paga a mais de 60 dias. ----------

------ Seguidamente o membro Senhor Carlos Simões pediu a palavra para congratular o Executivo Municipal por ter chegado a uma resolução do diferendo que o opunha à empresa que estava a elaborar os projetos relativos às instalações de abastecimento de água. ----------

----- Agradeceu, igualmente, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e ao seu Executivo por terem aceite a sugestão que o Grupo Parlamentar Municipal do PSD apresentou em relação à alteração ao transito de pesados na Rua 25 de Abril em Azinhaga. ----------

------ Terminou a sua intervenção perguntando, apenas por mera curiosidade, se havia algum feedback por parte dos residentes em relação a esta segunda versão, tendo-lhe sido respondido, pelo Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal, que a aceitação foi consensual. ----------

------ O membro Senhor José Godinho Lopes usou de seguida da palavra para sugerir, relativamente ao documento da situação financeira do município que acompanha o Relatório Atividade Municipal, que de futuro, o mesmo, passe a ter a informação toda, ou seja, passe a ter o objeto do investimento, o valor contratado e a data de início e fim. ----------

------ Ainda no uso da palavra teceu diversas considerações sobre a questão do endividamento. Referiu que percebe a dinâmica politica sobre esta matéria, no entanto, pegando nas palavras que o Revisor Oficial de Contas várias vezes utilizou nos Relatórios de Prestação de Contas afirmou que, a Câmara Municipal da Golegã, tem um problema crónico de endividamento uma vez que o ritmo de crescimento da despesa corrente, dos últimos anos, e superior ao ritmo de crescimento da receita.

------ O Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal usou de seguida da palavra para tecer diversos considerandos relativamente à intervenção do membro anterior referindo ainda que muito mais importante do que aquilo que se ganha é aquilo que não se deve gastar e isso tem sido a grande preocupação do seu Executivo Municipal, ou seja, inverter os gastos. ----------

------ Não havendo mais ninguém a querer intervir, passou-se de imediato ao Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos que constava do seguinte: ----------

------ **2. REGULAMENTO MUNICIPAL DE INCENTIVO À NATALIDADE NO CONCELHO DA GOLEGÃ - *Aprovação;*** ----------

------ Foi presente cópia da minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 8 de Fevereiro de 2018, conforme se dá por integralmente reproduzida no documento nº 2. ---

------ Igualmente foi presente a informação nº 28/DAF – Serviço de Aprovisionamento, Património e Armazém, datada de 2 de Fevereiro de 2018 e respetivos documentos anexos, que se dão por integralmente reproduzidos no documento nº 3. ----------

------ Relativamente a este Ponto da Ordem de Trabalhos, o membro Senhor Bruno Medinas, pediu a palavra para dizer que a nível do Executivo Municipal o Movimento Sangue Novo se absteve na votação deste assunto porque achavam que poderiam encontrar uma solução que não terminasse com a vertente do pagamento do subsídio mensal mas, aquilo que veio a acontecer foi que parte do subsídio mensal foi efetivamente cortado, traduzindo-se esse corte em mais de 50%. Face a essa situação informou que o Grupo Parlamentar Municipal Movimento Sangue Novo irá votar contra este Ponto da Ordem de Trabalhos. ----------

------ De seguida o membro Senhor Válter Ferreira usou da palavra para, em primeiro lugar, dizer que o Grupo Parlamentar Municipal da CDU está preocupado com o facto de este Executivo estar a tomar como principio os cortes nos apoios sociais que existem no Município.----------

------ Ainda no uso da palavra referiu que estes incentivos têm um papel importante na fixação da população e que funcionam também como um meio dinamizador do comércio local, no entanto, a proposta agora apresentada visa apenas cortar, penalizando assim aqueles que dela mais necessitam, quando aquilo que se exigia era um ajuste da atribuição de verbas de acordo com as necessidades efetivas dos munícipes. ----------

------ Terminou a sua intervenção colocando duas questões. Relativamente à primeira perguntou quais os pressupostos que foram analisados para os cortes apresentados. Em segundo lugar perguntou se é intenção do Executivo Municipal tornar este Regulamento, tal como está, em definitivo ou se tem intenção de fazer ajustes e, em caso afirmativo, qual será o prazo para que isso seja feito. ----------

------ O membro Senhor Carlos Simões pediu a palavra para, relativamente a este Ponto da Ordem de Trabalhos, dizer que as alterações que foram feitas desvirtuam completamente aquilo que foi aprovado, por unanimidade, quer pelo Executivo quer pela Assembleia Municipal anterior. ----------

------ Conforme foi referido pelo membro anterior, disse que se penaliza também aquilo que era um objetivo inicial deste incentivo que era auxiliar também o comércio local, acrescentando ainda que o que é um facto é que este incentivo à natalidade não era um apoio social discordando, neste aspeto, da intervenção anterior. ----------

------ Ainda no uso da palavra afirmou que no limite e havendo a preocupação de diminuir os custos associados a este investimento talvez a componente mensal pudesse ser ponderada em função do vencimento do agregado mas não foi isso que foi feito, foi pura e simplesmente riscar o subsidio mensal, penalizando e atingindo também o comércio local uma vez que esse dinheiro tinha que ser gasto na Golegã. ----------

------ Terminou a sua intervenção referindo que o que aqui está presente não é um incentivo à natalidade que o Grupo Parlamentar Municipal do PSD defende desde o início pelo que anunciou que irão votar contra este Ponto da Ordem de Trabalhos. ----------

------ A membro Senhora D. Aida Maggioli pediu a palavra para dizer que esta é uma matéria que de alguma forma a sensibiliza porque acha que é uma questão demasiado importante para se cortar radicalmente. Perguntou se na tomada de posição houve algum estudo de forma a tornar que efetivamente este incentivo seja justo e eficaz. ----------

------ Terminou a sua intervenção perguntando se efetivamente este dinheiro poderá ser gasto fora do Concelho. ----------

------ A membro Senhora D. Lina Júlio usou de seguida da palavra para se reportar à intervenção do membro Senhor Carlos Simões e clarificar a posição tomada pelo Vereador da CDU relativamente a esta matéria. ----------

------ Relativamente ao Grupo Parlamentar Municipal da CDU e para que este possa decidir a sua posição relativamente à votação deste ponto da Ordem de trabalhos perguntou se este apoio mensal é para suspender definitivamente ou é para aguardar alguma restruturação que possa vir a ser feita e enquanto ela vai sendo elaborada suspende-se temporariamente. ----------

------ Ainda em relação a esta matéria o membro Senhor José Godinho Lopes pediu a palavra para tecer diversas considerações relativamente à essência daquilo que o Grupo Parlamentar Municipal do PSD entende que é o programa de incentivo à natalidade. ----------

------ Terminou a sua intervenção dizendo que sem se saber qual o valor da poupança e sem se perceber quais são as alternativas para conseguir as mesmas, tal como já havia sido dito pelo membro Senhor Carlos Simões, o seu Grupo Parlamentar Municipal irá votar contra este Ponto da Ordem de Trabalhos porque de facto desvirtua o programa tal qual como o defendem. ----------

------ De seguida o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal usou então da palavra para prestar os devidos esclarecimentos relativamente às questões colocadas anteriormente. ----------

------ Esclareceu que como é do conhecimento geral o subsídio de natalidade não é do seu tempo mas que o votou favoravelmente enquanto GAP e que ao fim destes 4 anos se chegou à conclusão que não se vê melhoria na natalidade nem na fixação das pessoas porque aquilo que se verifica é que pessoas que moravam no Entroncamento ou em Torres Novas passaram a morar na casa dos avós ou na casa dos pais para virem cá buscar o subsídio ao Concelho da Golegã. Referiu igualmente que também se vê que as pessoas que têm rendimentos muito elevados levam tanto de subsídio como aquelas que têm os seus rendimentos muito baixos e isso quer se queira quer não é injustiça social. ----------

------ Teceu ainda diversas considerações sobre o assunto em apreço e terminou a sua intervenção afirmando que é pelo incentivo à natalidade mas também é pela justiça e o que se passou aqui é injustiça social. ----------

------ Após as intervenções dos membros Senhores D. Aida Maggioli, José Godinho Lopes, Válter Ferreira, Bruno Medinas, bem como do Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal que manifestaram os seus pontos de vista relativamente a esta matéria e não havendo mais ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o Ponto 2 da Ordem de Trabalhos – **REGULAMENTO MUNICIPAL DE INCENTIVO À NATALIDADE NO CONCELHO DA GOLEGÃ**, à votação. ----------

------ Aprovado, **por maioria,** com 7 votos contra, 2 do Grupo Parlamentar Municipal Movimento Sangue Novo, 2 do Grupo Parlamentar Municipal do PSD e 3 do Grupo Parlamentar Municipal da CDU. ----------

------ O Terceiro e último da Ordem de Trabalhos constava do seguinte: ----------

------ **3. SOCIEDADADE AGRÍCOLA BARRACÃO DO DUQUE – Reconhecimento de Interesse Público Municipal para Projeto de Instalação Solar Fotovoltaica no Barracão do Duque – *Aprovação***; ----------

------ Foi presente cópia da minuta da Ata da Reunião Ordinária do Executivo Municipal, realizada a 8 de Fevereiro de 2018, conforme se dá por integralmente reproduzida no documento nº 4. ---------

------ Igualmente foi presente a informação nº 30/DOUA – Ambiente datada de 25 de Janeiro de 2018 e respetivos documentos anexos, que se dão por integralmente reproduzidos no documento nº 5. ----------

------ Não havendo ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o Ponto 3 da Ordem de Trabalhos – **SOCIEDADADE AGRÍCOLA BARRACÃO DO DUQUE – Reconhecimento de Interesse Público Municipal para Projeto de Instalação Solar Fotovoltaica no Barracão do Duque**, à votação. ----------

------ Aprovado, **por unanimidade**. ----------

------ Esgotada a Ordem de Trabalho e não havendo mais nada a tratar, passou-se de imediato ao Período de Intervenção do Público. ----------

------ Não havendo público a querer intervir e havendo necessidade de dar execução às deliberações tomadas na Sessão de hoje, foi deliberado, **por unanimidade**, nos termos do nº 3, do artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar em minuta os Pontos 2 e 3 da Ordem de Trabalhos, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos. ----------

------ Quando eram 22 horas e 50 minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrados os trabalhos que para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata que depois de aprovada vai por si ser assinada bem como pelo Coordenador Técnico, António Manuel Alves de Sousa Riachos, que a lavrou. ----------

O Presidente da Assembleia Municipal;

O Coordenador Técnico;